

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

Edição nº 1070

Nesta edição:

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Avisos.....2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Boletins de Pessoal2

Editais.....3

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

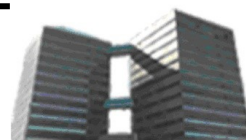
Boletins.....3



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição n° 1070

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

AVISO N.º 58/2012

Cientifico que, o **EXCELENTÍSSIMO SENHOR PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, EDUARDO DE LIMA VEIGA**, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA – GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
3760-0900/12-5	2016	Brigada Militar de Cachoeira do Sul – 35º BPM	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2942-0900/12-6	1940	Lar Bom Pastor de Ivagaci e Escola Profissional de Horizontina	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
2851-0900/12-7	1931	Brigada Militar de Santo Augusto – Grupo Rodoviário	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3667-0900/12-6	2007	Delegacia de Polícia de Ilópolis	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4049-0900/12-6	2046	Prefeitura Municipal de Taquari – Centro Especial de Amparo à Criança e ao Adolescente	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
3666-0900/12-3	2008	Delegacia de Polícia de Arvorezinha	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de novembro de 2012.

Diretor-Geral.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

BOLETIM N. 549/2012

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

CONCEDER

- o abono de permanência, previsto no artigo 2º da Emenda Constitucional n.º 41/2003, artigo 7º da Lei Federal n.º 10.887/2004 e artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, à servidora SANDRA REGINA ANDREATA, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3424502, a contar de 30 de novembro de 2012, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.01037/2012-8 - Port. 3815/2012).

- o abono de permanência, com fulcro no artigo 40, §1º, III, alínea “a”, e §§ 3º e 17º, todos da Constituição Federal, artigo 158 da Lei Complementar n.º 10.098/1994 e artigo 3º da Instrução Normativa n.º 03/2011, ao servidor GILBERTO SANDER MÜLLER, Técnico em Informática, ID n.º 3423654, a contar de 04 de novembro de 2012, equivalente ao valor de sua contribuição previdenciária (PR.00576.01061/2012-8 - Port. 3861/2012).

REVOGAR

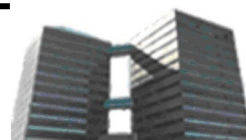
- a contar de 31 de outubro de 2012, a Portaria n.º 0689/2012, que reduziu a carga horária da servidora SIMONI BASSANI BIRLEM, Agente Administrativo, ID n.º 3431533, para 35 (trinta e cinco) horas semanais, nos termos do art. 6º da lei n.º 7.253/79 (PR.00006.00106/2011-4 - Port. 3864/2012).



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1070

EXONERAR

- o servidor FELIPE DUTRA DE FREITAS, ID n.º 3675521, do cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça II, CC-10, deste órgão (Port. 3858/2012).

NOMEAR E HABILITAR

- FELIPE DUTRA DE FREITAS, para exercer o cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, acrescido da gratificação de representação de 35% (trinta e cinco por cento), deste órgão (Port. 3859/2012).

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria n.º 3729/2012, que nomeou TIAGO ALMEIDA DORNELES, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", deste órgão (Port. 3865/2012).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, PAULO LEANDRO HOSER, para exercer o cargo de Agente Administrativo, Classe "M", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o quinto (5º) lugar na Lista de Classificação da Região do Alto Jacuí (Port. 3866/2012).

PRORROGAR

- pelo período de 07 de novembro de 2012 a 31 de dezembro de 2013, o prazo da Portaria n.º 3697/2011, que colocou à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, a servidora CLAUDIA PILOTTO, Assessor – Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, ID n.º 3435342, sem ônus para o órgão de origem (PR.00001.02854/2011-2 - Port. 3867/2012).

APOSENTAR

- nos termos do artigo 109, inciso II, parágrafo único, da Constituição Estadual, por invalidez permanente, a servidora efetiva CLÁUDIA DA COSTA SITTONI, Assistente de Promotoria de Justiça, classe "O", ID n.º 3447677, regime jurídico estatutário, carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo da Procuradoria-Geral de Justiça, nos termos do artigo 40, inciso I, e § 9º da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais n.º 41/2003 e n.º 70/2012, e artigo 158, inciso I, e § 4º da Lei Complementar n.º 10.098/1994, devendo perceber, na inatividade, observado o disposto no artigo 163, inciso II, deste estatuto, proventos mensais e proporcionais a 2.304/10.950 dias, incluindo 06% (seis por cento), referentes a 02 (dois) Avanços Trienais, conforme artigo 99 da Lei Complementar n.º 10.098/1994 (PR.00592.00345/2012-6 - Port. 3879/2012).

CONSIDERAR

- habilitada para tomar posse, a contar de 28/11/2012, no cargo em comissão de Assessor de Procuradoria de Justiça, CC-10, ROBERTA VIEIRA LARRATEA, tendo entrado em exercício em 29/11/2012.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

ROBERVAL DA SILVEIRA MARQUES,
Diretor-Geral.

EDITAL N.º 395/2012

RETIFICA O EDITAL N.º 394/2012 (DEMP 29/11/2012) - Resultado do EDITAL N.º 384/2012 (DEMP 20/11/2012)

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, retifica o teor do Edital de Resultado n.º 394/2012, publicado em 29/11/2012, para constar que se trata de remoção para vaga de **ASSESSOR - BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS** e não como constou.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL N.º 397/2012

REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O **EXCELENTÍSSIMO SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, DANIEL SPERB RUBIN**, faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urfr/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

DANIEL SPERB RUBIN,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM 033/2012

O **COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO** científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução n.º 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

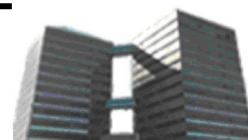
1. Inquérito Civil, n.º 00852.00042/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar possível prática de atividade potencial-



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1070

mente poluidora sem licença ambiental.

2. Inquérito Civil, nº 00852.00001/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Érico Rezende Russo, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de averiguar ausência de energia elétrica na Vila Madalena

3. Inquérito Civil, nº 00852.00074/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça José Alexandre da Silva Zachia Alan, da Promotoria de Justiça Especializada de Rio Grande, com a finalidade de apurar aquisição de um veículo pela câmara de vereadores.

4. Inquérito Civil, nº 00779.00005/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça Especializada de São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar eventual superfaturamento na aquisição de medicamentos pelo Município.

5. Inquérito Civil, nº 00743.00017/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, apurar indevido ressarcimento de despesa de transporte, haja vista o recebimento de diária.

6. Inquérito Civil, nº 00743.00018/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, apurar eventuais irregularidades na concessão de horas extras e fiscalização de horários de médicos em ESFS.

7. Inquérito Civil, nº 00779.00008/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça Especializada de Caxias do Sul, com a finalidade de apurar eventual ato de improbidade administrativa consistente na dispensa de licitação que culminou na contratação da empresa Cospin Construções Ltda. para construção de ciclovia.

8. Inquérito Civil, nº 00743.00019/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça Especializada de Carazinho, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na contratação da empresa HOFER ENGENHARIA LTDA. para realizar projeto arquitetônico para a Câmara de Vereadores.

9. Inquérito Civil, nº 00918.00010/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça Especial de Triunfo, com a finalidade de investigar ocorrências de casos de nepotismo no âmbito do poder executivo municipal.

10. Inquérito Civil, nº 00779.00010/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no concurso público realizado no Município.

11. Inquérito Civil, nº 00918.00015/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de Investigar ato de Improbidade Administrativa consistente em descumprir ordem proveniente da Justiça do Trabalho.

12. Inquérito Civil, nº 00779.00011/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria

de Justiça São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na aquisição de uma máquina do tipo "rolo compactador" pelo Município.

13. Inquérito Civil, nº 00918.00016/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de apurar a prática de Improbidade Administrativa por parte do atual prefeito, consistente em violar os princípios da legalidade e da impessoalidade.

14. Inquérito Civil, nº 00918.00017/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar o cumprimento pelo Poder Executivo de Município de Triunfo da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e, especificamente, da negativa, por parte do Secretário municipal da administração.

15. Inquérito Civil, nº 00779.00007/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar irregularidade consistente na entrega de casas populares (Programa Minha Casa Minha Vida), sem a devida realização de obras e equipamentos urbanos necessários.

16. Inquérito Civil, nº 00918.00018/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar a notícia de que Antônio Carlos Souza Teria adquirido o mercado Schneider & Borges Supermercados Ltda. para vender para a administração pública municipal.

17. Inquérito Civil, nº 00829.00035/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça André Felipe de Camargo Alves, da Promotoria de Justiça de Porto Alegre, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades nos concursos públicos.

18. Inquérito Civil, nº 00779.00014/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Manoel Figueiredo Antunes, da Promotoria de Justiça de São Vicente do Sul, com a finalidade de apurar o cometimento de eventual ato de improbidade administrativa decorrente da utilização de bens/serviços do Município em desconformidade com o contrato firmado com a empresa BRIPAV – Britagem e Pavimentação Ltda., vencedora do processo licitatório Tomada de Preços n.º 001/2012.

19. Inquérito Civil, nº 00718.00022/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto, da Promotoria de Justiça de Ijuí, com a finalidade de apurar Prática de Comercialização ilegal de lotes do assentamento Nova Querência.

20. Inquérito Civil, nº 00828.00022/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Cristiana Müller Chatkin, da Promotoria de Justiça de Piratini, com a finalidade de Investigar possíveis irregularidades na prestação de contas da "Semana Farroupilha de Piratini" de 2011.

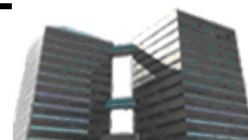
21. Inquérito Civil, nº 00903.00029/2012, instaurado pela Promotora de Justiça Bárbara da Costa Lange, da Promotoria de Justiça de Sapucaia do Sul, com a finalidade de investigar eventual improbidade administrativa praticada em decorrência de corrupção ativa e passiva.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 30 de novembro de 2012.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 1070

22. Inquérito Civil, nº 00913.00016/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Eduardo Bodanezi Lorenzi, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de apurar improbidade administrativa referente ao processo licitatório nº 10-/2009 e Carta Convite nº 08/2009 na aquisição de materiais para manutenção de redes de água no interior e para auxílio às pessoas carentes no Município de Vista Gaúcha.

23. Inquérito Civil, nº 00918.00010/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Luciano Alessandro Winck Gallicchio, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de investigar a ocorrência de casos de nepotismo no âmbito do Poder Executivo.

24. Inquérito Civil, nº 00893.00038/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Rogério Meirelles Caldas, da Promotoria de Justiça de São Lourenço do Sul, com a finalidade de apurar possível fraude em licitação do Poder Executivo de São Lourenço do Sul pela modalidade Pregão Eletrônico - Edital 01/-2012, para aquisição de veículo automotor (caminhão), em atenção ao convênio n.º 0308/2010, da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

25. Inquérito Civil, nº 00743.00022/2012, instaurado pelo Promotor de Justiça Cristiano Ledur, da Promotoria de Justiça de Carazinho, com a finalidade de investigar a ocorrência de superfaturamento e/ou favorecimento na execução das obras Ponte do Rio Turvino, no Município de Coqueiros do Sul.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29/11/2012.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo

MARCELO LEMOS DORNELLES

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.